



Número: **0002168-50.2021.2.00.0814**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **24/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Corregedoria Geral de Justiça do Pará - TJPA (CORRIGENTE)			
Belém - 5ª Vara Criminal - TJP (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
524256	08/06/2021 13:35	Relatório final da Correição Virtual - 5ª Vara Criminal de Belém	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO FINAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

UNIDADE JUDICIAL	5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM
MODALIDADE	VIRTUAL
EDITAL	N. 05/2021 – CGJ – publicado no DJE de 19/04/2021
PERÍODO DA CORREIÇÃO	17 a 19/05/2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. Juiz de Direito/Período de exercício/O magistrado titular/no exercício faz parte do grupo de risco?

O Exmo. Sr. Dr. Jackson José Sodré Ferraz é o magistrado titular desde 01/07/2019.
O magistrado é hipertenso.

1.2. Competência:

Crime Comum – Vara criminal.

1.3. Endereço/telefone/email:

Rua Tomázia Perdigão, 260. Anexo São João. Cidade Velha. 66.015-260. Belém-PA, Secretaria.
(91) 3205-2158, 5crimebelem@tjpa.jus.br.

1.4. Data da última correição ordinária anual realizada pelo Magistrado (a). (artigos 101, I e 164, I do Código Judiciário do Estado do Pará c/c artigo 11 do Provimento n. 004/2001-CGJ e Instrução n. 004/2008-CJCI)

17 de fevereiro de 2020 a 21 de fevereiro de 2020

Observação CGJ. A última correição realizada na 5ª Vara Criminal de Belém pelo atual magistrado titular, ocorreu no período de 17/02 a 21/02/2020 e foi cadastrada no processo PJECOR 0001066-27.2020.2.00.0814.

1.5. Qual a data da implantação do sistema PJE? O sistema Pje funciona a contendo? Na unidade há tramitação conjunta de processos em meio físico e processos eletrônicos?

O PJE criminal foi instalado em 18/01/2021. Ainda estamos em fase de aprendizado e





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

implementação do PJE e o sistema ainda apresenta algumas falhas. A grande maioria dos nossos processos ainda são físicos.

Observação CGJ: Durante os trabalhos foi informado que os servidores Antônio Hilário Pereira e Valéria Silva ainda não fizeram o curso de PJE CRIM.

2. CORPO FUNCIONAL

2.1. SERVIDORES

Observação CGJ: Segundo informado durante os trabalhos, todos os servidores estão trabalhando em sistema de revezamento.

2.1.1 Servidores do gabinete

SERVIDORES DO GABINETE			
	Servidores	Cargo	Função
01.	Leonardo Davi Pereira da Silva	Analista Judiciário	Assessor de Juiz
02.	Leandro Lima da Silva de Oliveira	Auxiliar Judiciário	

2.1.2. Servidores da Secretaria

SERVIDORES DA SECRETARIA			
	Servidores	Cargo	Função
01.	Heloisa Sami Daou	Analista Judiciário	Diretora de Secretaria
02.	Antônio Hilário Pereira da Costa	Analista Judiciário	
03.	Valéria de Nazaré Feio Alvares da Silva	Analista Judiciário	
04.	Heliésio da Silva Lima	Auxiliar Judiciário	
05	Cláudio Saraiva Lopes	Auxiliar Judiciário	

2.1.3. Estagiários

Estagiários	Início do Estágio
Enzo Fabio Costa de Souza	05 de setembro de 2019

2.1.4. Cedidos

Servidores Cedidos	Órgão
Observação CGJ: Não há servidores cedidos na unidade	





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2.1.5. Há Promotores de Justiça atuando na unidade judicial? Identificar.

Sim. Pedro Paulo Bassalo Crispino; Nilton Gurjão das Chagas (Promotoria de Meio Ambiente); Andrea Alice Branches Napoleão; Anette Macedo Alegria (Promotoria de Entorpecentes).

2.1.6. Há Defensores Públicos atuando na unidade judicial? Identificar.

Sim. Dr. Bruno Braga Cavalcante.

3. - INSTALAÇÕES:

3.1. GABINETE (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos).

No gabinete, observou-se alguns problemas estruturais, tais como: O ambiente não possui circulação de ar; as placas de gesso do teto já desabaram em razão da necessidade de dreno da água acumulada; o ar apresenta um constante barulho. Além disso, não há nenhum *scanner* no gabinete, equipamento essencial para o bom funcionamento das atividades.

Ademais, registra-se que esta unidade não conta com espaço adequado para espera de testemunhas. E, por fim, as instalações não são adequadas para realização de audiências por videoconferência.

3.2. SECRETARIA (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Em 2019, o ambiente da secretaria apresentava-se inadequado e necessitando de melhoras. As placas de gesso do teto desabaram em razão da necessidade de dreno da água acumulada; não havia *scanner* suficiente, inclusive a secretaria passou meses sem nenhum equipamento.

Não há circulação de ar e os servidores não conseguem controlar a temperatura do ar.

Recentemente, antes da pandemia, com a chegada do titular, houve algumas alterações necessárias. Houve o fechamento do balcão, foram disponibilizados scanners e um armário que era necessário. Contudo, o episódio de desabamento do teto aconteceu novamente em outro ponto. **Ademais, a secretaria não conta com espaço adequado para espera de testemunhas e presos.** Algumas vezes os presos de audiência precisam esperar na própria secretaria para evitar contato com as vítimas.

A Defensoria Pública também não possui espaço para conversa com os presos, o que é uma reclamação recorrente do Defensor vinculado a esta Unidade.

Observação CGJ: A Secretaria possui 03 aparelhos de scanner. Segundo informado durante os





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

trabalhos, as audiências são realizadas em sua maioria de forma presencial, inclusive as que envolvem réus presos. Inicialmente, tentou-se realizar as audiências virtualmente, contudo, em razão da dificuldade de datas pela Casa Penal, as audiências foram mantidas presencialmente.

4. - ROTINA DE TRABALHO GABINETE E SECRETARIA.

4.1. Qual a metodologia de trabalho é empregada na Unidade (por setor, por tarefa, etc)?

As atividades são delegadas por tarefa. Os servidores estão divididos em três áreas: atendimento, expedição e gestão. Cada servidor recebe uma tarefa relacionada a uma das três áreas. Entretanto, empreende-se esforços para que todos saibam fazer todas as tarefas e para que diligenciem tudo que for preciso ao receberem um processo.

No gabinete a divisão de trabalhos é realizada pelo assessor, sob a orientação do Juiz. As tarefas são distribuídas entre sentença, decisões e despachos pela ordem cronológica. No mais, há um controle separado com relação aos processos de réus presos.

Além disso, há um revezando de servidores para realização de audiências, os quais se deslocam de suas respectivas atividades para realização do ato.

4.2. Como são divididas as tarefas na Unidade? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor.

Como dito acima, os servidores estão divididos em três áreas: atendimento, expedição e gestão. A gestão da unidade é de responsabilidade da Diretora que atua diretamente na atividade de análise de números, contato externo, diligência de e-mail e malote. Faz, ainda, tudo mais que se fizer necessário, especialmente nas férias e licenças de outros servidores, alguns atendimentos a advogados e partes, expedição de guias de execução provisórias e definitivas, para VEPMA e VEP, diligências de cumprimento de sentença, expedição de mandados de citação/intimação e gestão de processos de réus presos. Por fim, diligência os processos encaminhados do gabinete.

A servidora Valéria está trabalhando diretamente com a Direção, na gestão. Contudo, com ênfase nas atividades de cumprimento de sentença para arquivamento de processos, realizando também outras atividades que se fizerem necessárias, inclusive atendimento.

O servidor Antônio Hilário ajuda em algumas atividades de gestão e expedição, assim como ajuda nas autuações, atendimentos, algumas expedições, organização de armários e logística de secretaria.

O servidor Heliésio, que também está na expedição, concentra-se nas expedições de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

audiências.

O servidor Cláudio atua no atendimento, concentrando-se também nas autuações e juntadas de petição, juntamente com o estagiário. Atualmente, o servidor está aprendendo a fazer as atividades da expedição.

No gabinete, o servidor Leonardo atua na assessoria, realizando toda a organização, divisão de tarefas e minutas, sob orientação do Juiz.

O servidor Leandro também atua no gabinete minutando e organizando a pauta de audiências.

Os servidores Leandro e Heliésio também atuam no acompanhamento das audiências.

4.3. Há juntada diária de petições nos processos ainda em tramitação por meio físico, bem como a juntada de documentos que chegam por outra via (malote digital/e-mail da vara)? Em caso negativo, qual a periodicidade?

Sim. Diária.

Observação CGJ: No item 11.4 a Secretaria informa 19 petições pendentes de juntada

4.4. Nos processos que possuem prioridade legal (réus presos, idosos, medidas cautelares urgentes, etc) e nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ e sigilo de justiça há identificação visual nas capas (processos em tramitação por meio físico)? Como estão identificadas as prioridades legais nos processos eletrônicos?

Sim. Todos os processos são identificados com suas prioridades visualmente e nos sistemas. Nos processos do PJE usa-se os identificadores disponíveis no sistema e as etiquetas.

Observação CGJ: No sistema PJE os processos de réu preso são identificados com a etiqueta "RÉU PRESO". Outras prioridades nos processos físicos são etiquetadas com tarja preta.

4.5. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício? (Provimentos n. 003/2009 e 011/2019 da CJRMB).

Sim,

Observação CGJ: Segundo informado, os modelos são apenas utilizados nos despachos de citação dos réus e para suspensão condicional do processo. Foi realizada consulta do processo n. 0012112-97.2020.8.14.0401

4.6. Os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim.

4.7. Qual o procedimento utilizado no caso de carga rápida (em livro, registro no sistema, etc)?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O número de páginas é conferido no momento da entrega dos autos físicos aos advogados (carga) e quando da devolução à Secretaria?

Faz-se a tramitação no LIBRA para carga rápida (200254 e 103507) e, caso advogado não esteja habilitado, além disso é preenchido um termo de retirada de autos para carga rápida, assumindo o advogado a responsabilidade de devolução até o final do expediente do dia de retirada. Conferem-se as páginas.

4.8. Há expedientes diversos e oriundos do Tribunal de Justiça recebidos e não respondidos?

Não.

4.9. A Secretaria Judicial utiliza atos ordinatórios para efeito de intimação? Todos são cadastrados nos sistemas?

Sim. Sim.

4.10. Todas as certidões/documentos expedidos nos autos físicos são cadastradas no Sistema Libra?

Sim. Atualmente.

4.11. Todos os processos físicos se encontram cadastrados no Sistema Libra?

Sim.

4.12. Antes da migração do processo físico para o PJE são atualizados os dados cadastrais de partes e advogados?

Ainda não realizamos migração de processos. Contudo, faremos todas as atualizações necessárias quando necessário for antes da migração.

Observação CGJ: Durante a reunião foi demonstrado aos servidores onde localizar o Manual de Virtualização de Processos no site do TJPA.

4.13. Quando os processos migrados são recebidos em secretaria, eles passam pelo procedimento de etiquetagem?

Sempre que recebemos processos no PJE conferimos as prioridades, o cadastramento das partes e etiquetamos conforme a necessidade da Unidade.

4.14. O processo eletrônico migrado do Sistema Libra, antes de ser encaminhado para a primeira





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

análise no gabinete do magistrado, é organizado em secretaria?

Ainda não realizamos migração de processos. Contudo, faremos todas as conferências necessárias antes de encaminhar ao gabinete quando for necessário.

4.15. É verificada a identificação de classificação da classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada, do CNJ, nos processos migrados do Sistema Libra?

A classificação da tabela atualmente é observada em todos os processos.

4.16. É realizada a alteração de fase processual no sistema nos processos que já se encontram sentenciados?

Sim. Atualmente.

4.17. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos?

Sempre que possuímos processos prontos para tal. Quanto aos processos físicos, após arquivados no sistema, reunimos periodicamente uma quantidade razoável de caixas para envio ao arquivo, pelo menos 4 vezes ao ano.

Observação CGJ: Durante os trabalhos foi realizada análise por amostragem do processo n. 0013244-10.2011.8.14.0401, tendo sido realizada recomendação para que sejam adotadas as providências pendentes, considerando que há apelação protocolada desde 27.01.2020.

4.18. Quais critérios são utilizados para a movimentação de feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias na secretaria?

Segue-se a listagem emitida pelo sistema. Contudo, a pandemia desorganizou a nossa rotina.

Observação CGJ: Durante os trabalhos foi demonstrada aos servidores os processos paralisados em Secretaria e Gabinete constantes do Painel de Gestão.

4.19. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para a qual foram designados na unidade?

Sim.

4.20. Com que frequência é verificada a pasta “agrupadores” no Pje?

Semanalmente. Contudo, a ferramenta não supre a necessidade a contento, pois não é de fácil entendimento. Sugere-se outra forma e sinalização das petições que entram.

4.21. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor?

7





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Semanalmente.

Observação CGJ: Os servidores foram orientados a realizar contato com o Diretor de Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça, para obtenção de maiores informações sobre a utilização do sistema PJECOR.

4.22. Com que periodicidade o magistrado se reúne com os servidores para definir a gestão da unidade?

Quinzenalmente ou quando necessário.

4.23. A unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente?

Sim. Sentenciar mais processos do que as denúncias oferecidas de forma tal que o acervo de processos diminua.

4.24. Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da unidade judicial?

Sentenças e arquivamentos.

4.25. Qual boa prática é utilizada pelo gabinete com vistas a elevação da produtividade?

Especialização de tarefas. Cadastros em lote.

5. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL.

5.1. É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente conforme previsto no Provimento 12/2008-CJRMB ou os determinados pelo juiz no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)?

Sim.

5.2. Todos os atos processuais são lançados nos sistemas, nos casos de processos ainda em tramitação por meio físico?

Sim.

5.3. O apensamento de autos que tramitam em meio físico é lançado no sistema? Não havendo mais necessidade de tramitação dos autos apensados, estes recebem a devida baixa do sistema?

Sim. Sim.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.4. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? – (§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005).

Conforme relatório de subcontas sem movimentação há mais de três anos, emitido no SDJ em 12/05/2021, verifica-se a existência de 3 processos, sendo eles:

00187973820118140401

00254801820168140401

00052029320168140401

Observação CGJ: Os processos listados são os mesmos constantes na relação extraída do Sistema de Depósitos Judiciais.

5.5. Há processos paralisados aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, quantos?

Nenhum. Todos os processos que estão na condição de aguardando laudo estão diligenciados.

Observação CGJ: A Diretora informa que há 03 processos nesta situação, processos n. 0016978-51.2020.814.0401, n. 0016642-47.2020.814.0401 e n. 0009370-50.2020.2814.0401. Foi ainda informado que há outros processos pendentes de laudo, mas que se referem a bens apreendidos.

5.6. Quais providências são adotadas diante do atraso injustificável da remessa do laudo pericial/exame?

Reitera-se ofício com a fixação de prazo razoável para conclusão do laudo. Após, encaminha-se os autos ao Ministério Público. Após, faz-se conclusão para deliberação do juiz.

5.7. A Secretaria Judicial cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015 (lei de custas), alterada pelas leis n. 8.583/2017 e 8.907/2019?

Sim. Doravante.

Observação CGJ: Os servidores informam que há 17 (dezessete) queixas-crime em tramitação na unidade. A Diretora de Secretaria foi orientada a encaminhar a listagem de processos para composição do relatório.

5.8. Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

Não. Publicação diária apenas quando necessário. Atualmente, busca-se fazer publicação a cada 2 dias. Sim, certificado nos autos a data de publicação.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.9. Há processos extraviados? Em caso positivo, mencionar os números. Qual a providência adotada?

Após a mudança da Direção de Secretaria, que aconteceu em 01/05/2019, não foram encontrados processos extraviados até a presente data.

5.10. A Unidade adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (Boas Práticas)

Sim, tais como: Cadastros em lote de certidões e demais documentos possíveis de serem cadastrados modelos no LIBRA e no PJE; utilização de despacho/mandado para citação; tramitação em lote, subdivisão de tarefas e, recentemente imprime-se esforços para que o servidor diligencie todo o necessário dos autos que recebe; revisão periódica nos armários de processos em tramitação.

5.11. O Magistrado realiza a gestão da Vara como corregedor natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA pelo Magistrado e pelo(a) Diretor (a) de Secretaria?

Sim. Sim.

Observação CGJ: Os servidores da unidade foram orientados a consultar com frequência o Painel de Gestão.

5.12. a) A verificação dos prazos é diária? Em caso negativo, qual a periodicidade? b) Qual a data da última verificação dos prazos? c) Quais os meios utilizados para verificação dos prazos? d) Os prazos para realização dos atos processuais a cargo da Secretaria são cumpridos (art. 228, CPC)? Em caso negativo, justifique. Art. 228. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que: I - houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei; II - tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.

Sim. Há na Secretaria um armário dividido em lotes, dois dias por lote.

A verificação de prazos é feita diariamente.

Tenta-se, ao máximo, cumprir todos os prazos legais.

Contudo, a pandemia alterou a rotina da unidade.

Observação CGJ: Durante os trabalhos foi consultada a carta precatória expedida nos autos do processo n. 0025096-84.2018.8.14.0401, desde janeiro de 2020, sem registro de reiteração.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.13. Há controle efetivo sobre os processos que ainda tramitam em meio físico e que estão fora da Secretaria (carga)? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?

Sim. O controle é feito a partir da relação do LIBRA de processos fora de secretaria, assim como através de uma tabela elaborada por esta secretaria.
Semanal.

5.14. Processos fora da secretaria (listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo fora da Secretaria)

*Relatório emitido em 12/05/2021

	Número do processo	Data da carga e/ou remessa	Destinatário da carga e/ou remessa	Atraso (dias)
01.	0014498-31.2006.814.0401	06/03/2020	Ao 4ª Promotor de Justiça (O processo foi localizado em Secretaria durante os trabalhos correccionais – baixa realizada)	432
02.	0023068-17.2016.814.0401	25/01/2021	Ao advogado Andrei Montovani (conforme consulta ao sistema Libra em 17/05/2021, o processo foi devolvido em 14/05/2021)	107
03.	0004077-51.2020.814.0401	08/03/2021	A Secretaria do MP Belém	65
04.	0006057-33.2020.814.0401	08/03/2021	A Secretaria do MP Belém	65
05.	0039807-02.2015.814.0401	05/04/2021	Ao 4ª Promotor de Justiça	37

5.15. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados? Os Oficiais de Justiça solicitam esclarecimentos ao magistrado quando encontram dificuldade no cumprimento da ordem judicial?

Obs. Pje - A devolução de mandados pode ser vista nos "agrupadores", onde podem ser visualizadas as certidões dos oficiais de justiça e petições de advogados.

Sim. Controle pelos dados do LIBRA. Os mais antigos já foram cobrados. O controle era mensal até antes da pandemia. Sim.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Importante 1. Constan no relatório emitido pelo sistema LIBRA, referente aos mandados não devolvidos há mais de 30 dias, mandados pendentes desde 2014. Entretanto, o sistema não oferece ferramenta para baixa nesses mandados. Desse modo, considerando erro de sistema, faço constar na resposta acima somente os mandados que de fato estão tramitados para a central e ainda não cumpridos. Foi-me informado pelo coordenador da central em 2020 que esse erro acontece em todas as unidades e que a situação é de conhecimento do Secretário do Fórum que já diligenciou no sentido de correção.

Importante 2: preenchimento da tabela com base em relatório emitido em 11/05/2021.

Expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça –			
Observação CGJ: No relatório extraído do sistema Libra, há 16 mandados pendentes de cumprimento há mais de 30/60 dias, sendo os 04 mais antigos os listados abaixo			
Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0007960-84.2012.8.14.0401 (processo em andamento, conclusos ao Gabinete do Juízo em 12/05/2021, com recurso de Apelação interposto)	2013.02616701-23	12/09/2013	Davi Gonçalves Pereira
0022322-02.2006.8.14.0401 (em 05/04/2018 – autos encaminhados ao Tribunal para julgamento de recurso – certidão de 16/01/2021 informa que os autos foram migrados para o sistema PJE)	2014.01582699-17	23/05/2014	Osicler Souza da Silveira Junior
0005176-74.2010.8.14.0201 (processo suspenso – última movimentação cadastrada em 28/08/2019)	2014.02444180-42	22/07/2014	Anderley Silva da Silva
0030217-59.2019.8.14.0401 (processo em andamento – última movimentação em 10/02/2021 – “ao Juízo para realização de audiência”)	2020.02493231-35	04/11/2020	Alessandra Mota Bitar

5.16. A Vara utiliza os sistemas INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD e o Cadastro Nacional de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa? Especifique.

Dos elencados acima, somente o INFOSEG.

5.17. A Secretaria intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp? – Resolução n. 28, de 19.12.2018 – TJPA (Institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp, e dá outras providências).

Não. Por enquanto, não.

5.18. Há processos “aguardando conclusão” em Secretaria?

Não.

5.19. Está sendo efetuado nos sistemas o registro de todas as informações dos réus? (nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, identidade e último endereço)

Sim. Doravante.

Observação CGJ: A Diretora de Secretaria informou que em processos antigos há dificuldade de obtenção de dados, mas há rotina de alimentação dos dados a partir de 2019, já tendo sido repassada orientação a todos os servidores.

5.20. Como se dá o controle dos presos provisórios? – Resolução n. 66/2009-CNJ (Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).

Pelo sistema LIBRA, constando armário separado em secretaria e mecanismo de marcação nos autos. E, pelo sistema PJE, com etiquetas e relatório manual.

5.21. A Secretaria mantém relação atualizada de presos provisórios? Há processos de presos provisórios sem movimentação há mais de trinta dias? Há processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias? Em caso positivo, relacioná-los para que haja o devido impulso processual. (Deverá a unidade encaminhar à CGJ com o relatório o último controle atualizado dos réus presos provisórios da Vara)

Sim. Em relação aos processos do LIBRA o controle é feito por relatório do próprio sistema. Em relação aos processos do PJE o controle é feito pelas etiquetas no sistema e por registro em tabela manual. Não há processos de presos sem movimentação há mais de 30 dias. Segundo relatório disponível na página inicial do LIBRA, não há processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.22. A Vara utiliza os sistemas SEEU/CNJ (apenas competência para execução de pena), BNMP/CNJ, INFOPEN/SUSIPE (consulta sobre presos), INFODIP/TRE (cadastro de suspensões direitos políticos), SIEL/TER (consulta de endereços), SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?

Dos sistemas elencados utilizamos: BNMP/CNJ; INFOPEN/SUSIPE; INFODIP/TRE; SIEL/TRE; SISTAC/CNJ e SDJ. Em relação ao Sistema Nacional de Bens apreendidos, conforme orientação da Corregedoria, no Ofício Circular nº. 039/2020 – DJ/CJRMB, de 29 de janeiro de 2020, passar-se-á a realizar o cadastro, o que foi impossível de ser realizado durante a pandemia.

5.23. Os mandados de prisão são cadastrados no Sistema Libra (processos que ainda tramitam em meio físico), PJE (processos eletrônicos) e no BNMP? – Resolução n. 251/2018-CNJ (Institui e regulamenta o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências).

Sim. Sim e sim.

Observação CGJ: Migração de mandados do sistema Libra para o BNMP – foi realizada recomendação aos servidores, para que façam reanálise dos mandados hoje existentes no sistema BNMP, para evitar divergência de dados com o sistema Libra.

5.24. É informada no Sistema Libra/PJE a data da prisão e da soltura dos réus?

Sim. Sim.

5.25. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ ?

Em regra, os processos chegam neste Juízo com a fiança já recolhida ou apenas o pedido de dispensa. Há poucos casos de devolução de fiança para devolução em processos em trâmite nesta Unidade, esses possuem certificação nos autos.

Observação CGJ: A Diretora de Secretaria informou que, para devolução de fiança, após a determinação judicial, a unidade tem realizado expedição de ofício à SEGUP, encaminhando os documentos das partes e todas as informações necessárias para que a devolução seja realizada diretamente pelo FISP – Fundo de Investimento da Segurança Pública.

5.26. A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim.

5.27. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

Sim.

5.28. A Secretaria certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

Sim. Às vezes em um mesmo documento, mas sempre registrando os trânsitos separadamente.

5.29. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

Dependendo do entendimento do juiz. Quando está determinada a assinatura usa-se a caderneta física. Durante a pandemia, este juízo editou portaria suspendendo as assinaturas a partir de maio de 2020 até final de 2021.

5.30. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? – (Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem).

Atualmente, não há réu preso estrangeiro nesta Unidade.

5.31. Existem inquéritos e/ou processos envolvendo réu preso que estejam paralisados e sem andamento há mais de três meses? – art. 3º da Resolução n. 87/2009 do CNJ.

Não.

5.32. A Secretaria cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto n.º 002/2021-CJRMB/CJCI? – (Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará).

Sim. Doravante.

5.33. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

N. do processo	Arma/Objeto vinculado	Observação/recomendação
----------------	-----------------------	-------------------------





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

0028300-10.2016.814.0401	Pistola	Processo arquivado no sistema Libra em 05/06/2019
0015677-79.2014.814.0401	Pistola	Processo com certidão de trânsito em julgado em 28/10/2020 – conclusos ao Gabinete do Juízo em 09/03/2021

5.34. O controle dos prazos dos processos suspensos nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal é verificado a cada 90 (noventa) dias conforme determina o provimento 15/2009-CJRM/BJ (Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.(Redação dada pela Lei n. 9.271, de 17.4.1996).

Em parte. Como já destacado, houve mudança de direção de secretaria em 2019. A atual direção completou 1 ano durante a pandemia, no lockdown. Sendo assim, ainda não foi possível rever a totalidade dos processos suspensos nos termos do art. 366 do CPB. Contudo, foi possível cumprir várias diligências de citação em processos que estão suspensos e possuíam atualização de endereço pelo Ministério Público.

VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS: (itens 5.35 a 5.52) – PREJUDICADO

6. DAS AUDIÊNCIAS:

6.1. Perfil da pauta.

Réu Preso.

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

Para 07/07/2021, pois trata-se de preso transferido para penitenciária federal. Processo 0016932-62.2020.814.0401.

b) A pauta regular está para qual dia?

23/06/2021. Em média marcamos réus presos no intervalo de 30 dias, no máximo.

c) são marcadas audiências em quais dias da semana?

De presos preferencialmente às quartas-feiras ou outro dia a depender da necessidade.

Réu Solto.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

14/07/2022 – processo 0009745-03.2020.8.14.0401.

b) A pauta regular está para qual dia?

Julho de 2022. Réu solto a média é de 6 a 9 meses para marcação da audiência. Contudo, a pandemia alterou a rotina da Unidade.

Observação CGJ: Segundo informado durante os trabalhos, por dia são designadas 03 audiências. Quando há feitos com menos testemunhas a serem ouvidas, designa-se 04 audiências. Quando se tratam de audiências referentes à suspensão condicional do processo são designadas em torno de 7 ou 8 por dia.

c) são marcadas audiências em quais dias da semana?

Preferencialmente terça, quarta e quinta ou outro dia, quando necessário.

6.2. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?

Como dito no item b, procura-se não ultrapassar 6 a 9 meses. Entretanto, a pandemia alterou a rotina da Unidade.

6.3. Audiências designadas/realizadas.

6.3.1. Quantidade de audiências designadas em 2020 e 2021, até a data da correição.

ANO	QUANTIDADE
2020	314
2021	170 no LIBRA e 4 no PJE

6.3.2. Quantidade de audiências realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição.

ANO	QUANTIDADE
2020	108
2021	28

Importante: Não foi possível emitir relatório pelo LIBRA, por erro no sistema. Na contagem manual, em 2021 foram realizadas 28 audiências até agora.

Chamado técnico para obtenção de audiências realizadas: t_2105190221





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7. METAS NACIONAIS – CNJ.

7.1. Meta 01/2021 – CNJ – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 01			
Ano	Distribuídos	Julgados	Grau de cumprimento
2020 Meta não cumprida	273	138	50,36%
2021 (resultado parcial até 19/05/2021)	98	43	43,43%



7.2. Meta 02/2021 – CNJ – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

META 02							
Ano	Acervo	Alvo	Total de	Grau de	Grau de	Pendentes	Necessidade





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

		da meta	judgados	jujgamento	cumprimento	de julgamento	de julgamento
2020	833	667	672	80,67%	100,7%	161	-6
2021	617	494	439	71,15%	88,94%	178	55
(resultado parcial até 19/05/2021)							



7.3. Meta 04/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos contra a Administração Pública e à improbidade administrativa.

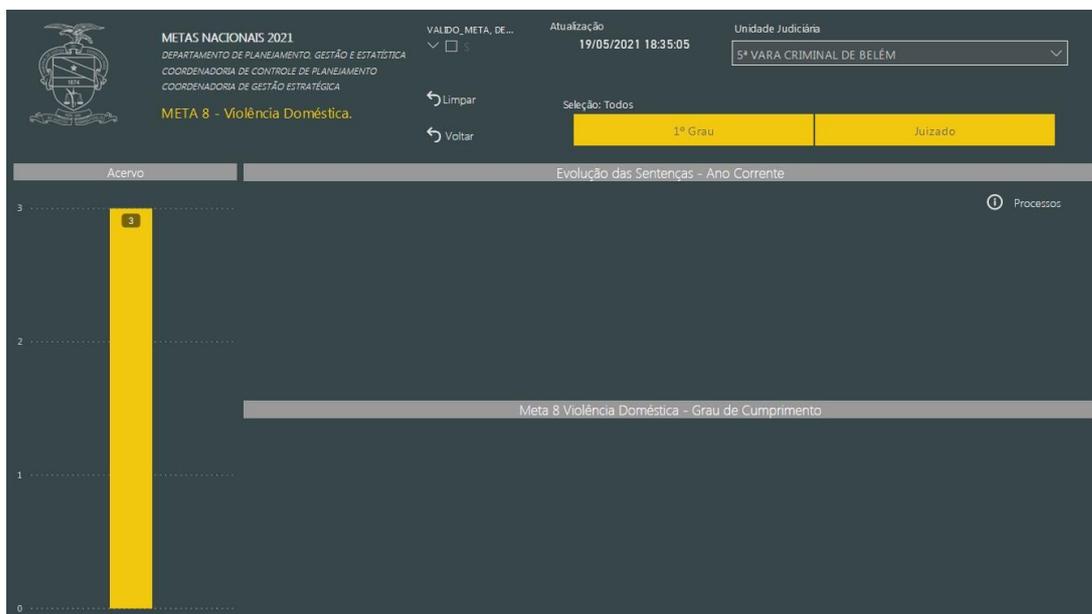
Identificar e julgar, até 31.12.2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31.12.2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 04							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de Julgamento	Graus de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta)	10	7	8	80,0%	114,3%	2	-1





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



8. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES.

8.1. Exame de 10 (dez) processos por amostragem.

	Número do processo	Observações / Recomendações
01.	0016080-38.2020.814.0401 (réu preso- LIBRA)	17/11/2020 – denúncia recebida – 25/11/2020 – réu citado/20/05/2021 – audiência de continuação designada para o dia 09/06/2021
02.	0020973-72.2020.814.0401 (réu preso-LIBRA)	14/05/2021 – expedido ofício à SEAP solicitando que o réu seja submetido a tratamento médico especializado. 17/05/2021 – Autos encaminhados ao MP para memoriais finais.
03.	0016978-51.2020.814.0401 (réu preso-LIBRA)	17/11/2020 – Recebida denúncia. 16/12/2020 – decisão em revisão de ofício de prisão preventiva, prisão mantida. 08/01/2021 – designada audiência de instrução e julgamento para o dia 10/02/2021. 04/03/2021 – indeferido pedido de revogação de prisão preventiva. 23/04/2021 – Expedido ofício à SEAP para que seja o réu apresentado para realização de novo exame de corpo de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

		delito. Devem ser realizadas diligências para verificação se o réu foi apresentado para o exame.
04.	0020242-76.2020.814.0401 (réu preso-LIBRA)	12/01/2021 – denúncia recebida. 02/03/2021 – indeferido pedido de revogação de prisão preventiva. 03/05/2021 – audiência designada para o dia 02/06/2021.
05.	0020973-72.2020.814.0401 (réu preso-LIBRA)	19/01/2021 – denúncia recebida. 04/03/2021 – Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 31/03/2021. 31/03/2021 – audiência redesignada para o dia 05/05/2021 em razão da suspensão do expediente do TJPA. 14/05/2021 – expedido ofício à SEAP solicitando que seja o custodiado submetido a tratamento médico especializado. 17/05/2021 – Autos ao MP para memoriais finais.
06.	0016932-62.2020.814.0401 (réu preso-LIBRA)	25/01/2021 – Recebida denúncia. 26/02/2021 – Designada audiência para o dia 14/04/2021. 12/05/2021 – Certidão informa reagendamento da audiência em razão de dificuldade técnica na Penitenciária onde custodiado o réu. Audiência redesignada para o dia 07/07/2021.
07.	0016397-36.2020.814.0401 (réu preso-LIBRA)	12/03/2021 – processo redistribuído para a 5ª Vara Criminal de Belém. 24/03/2021 – decisão ratificando o recebimento da denúncia. 05/05/2021 – indeferido pedido de revogação da prisão preventiva. 07/05/2021 – certidão informa audiência designada para o dia 23/06/2021.
08.	0026453-36.2017.814.0401 (réu preso-LIBRA)	23/01/2020 – determinada citação do réu por edital. 13/01/2021 – decretada prisão do réu. 04/05/2021 – certidão da SEGUP informa cumprimento do mandado de prisão. 07/05/2021 – citação do acusado. 19/05/2021 – despacho designando audiência de instrução e julgamento para o dia 07/07/2021.
09.	0803295-74.2021.8.14.0401 (PJE)	10/03/2021 – Autos de prisão em flagrante – Inquérito/16/03/2021 – Oferecida denúncia. Tramitação regular, em 15/05/2021 – autos ao MP para memoriais finais.
10.	002152304-2019.814.0401 (META 08)	12/11/2019 – denúncia recebida. 25/11/2019 – certidão de citação negativa. 13/02/2020 – réu compareceu em Secretaria e foi citado. 14/02/2020 – autos à Defensoria Pública. 15/09/2020 – após a defesa escrita apresentada, designada audiência para o dia 28/09/2021.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.2. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida há mais de 90 (noventa) dias.

* Processos relacionados pela unidade.

	Número do processo	Data da Remessa	Juízo Deprecado	Observações
01.	0003309-28.2020.8.14.0401	29/07/2020	Ponta de Pedras/PA	A carta precatória foi expedida com a finalidade de intimação de testemunha, contudo, observou-se da análise realizada que no feito já foi proferida sentença condenatória, havendo certidão de trânsito em julgado no dia 13/05/2021.
02.	0010354-20.2019.8.14.0401	08/10/2020	Salvador/BA	A carta precatória foi expedida com a finalidade de citação do acusado para apresentar resposta à acusação. Deve a Secretaria promover, com urgência, diligências para cobrança da carta ao Juízo deprecado.
03.	0006295-57.2008.8.14.0401	30/07/2019	São José do Ribamar/MA	A última movimentação do feito realizada no sistema Libra foi o cadastramento de certidão da Diretora de Secretaria em 20/04/2021 informando que realizou contato telefônico com o Juízo deprecado. Devem ser adotadas providências formais para cobrança da carta precatória, com urgência.
04.	0030461-90.2016.8.14.0401	08/10/2020	Igarapé-Miri/PA	A última movimentação do feito realizada no sistema Libra foi o cadastramento de certidão da Diretora de Secretaria em





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

				20/04/2021 informando que não obteve sucesso com o Juízo deprecado. Devem ser adotadas providências formais para cobrança da carta precatória, com urgência.
05.	0021718-23.2018.8.14.0401	06/10/2020	Breves/PA	A última movimentação do feito realizada no sistema Libra foi o cadastramento de certidão da Diretora de Secretaria em 28/04/2021 informando que a carta precatória ainda não retornou. Devem ser adotadas providências formais para cobrança da carta precatória, com urgência.

8.3. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Cartas Precatórias recebidas.

PREJUDICADO – A Comarca de Belém possui Vara especializada para cumprimento de cartas precatórias criminais.

8.4. Análise dos 10 (dez) processos mais antigos em tramitação na unidade.

*Processos selecionados por amostragem no Pannel de Gestão pela CGJ

	Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01.	0006235-58.2003.8.14.0401	07/04/2021	Sentença condenatória proferida em 23/03/2021. Expedido Edital em 22/04/2021 para intimação da ré.
02.	0005787-88.2004.8.14.0401	14/09/2011	Processo suspenso desde 01/07/2008. Não há registro de que tenham sido realizadas as diligências determinadas no Provimento n. 15/2009-CJRMB.
03.	0010365-40.1997.8.14.0401	17/10/2006	Processo suspenso desde 17/10/2006. Não há registro de que tenham sido realizadas as diligências determinadas no Provimento n. 15/2009-CJRMB.
04.	0019213-40.2002.8.14.0401	30/05/2007	Processo suspenso desde 30/05/2007. Não há





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			registro de que tenham sido realizadas as diligências determinadas no Provimento n. 15/2009-CJRMB.
05.	0002632-23.1998.8.14.0401	03/10/2011	Processo suspenso em 03/06/2011. As últimas diligências para localização do réu foram realizadas em 2009, não havendo nenhum registro das providências determinadas pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB posteriormente.
06.	0005348-65.2000.8.14.0401	02/03/2018	Última decisão foi proferida em 02/03/2018, expedindo-se contramandado de prisão. Autos conclusos ao magistrado em 15/01/2021.
07.	0007257-89.2003.8.14.0401	13/03/2018 (concluso)	Sentença proferida em 21/10/2011, absolvendo 01 dos réus. Quanto ao segundo réu (revel) foi determinada a formação de autos apartados. Réu citado em 21/10/2020, conforme certidão do oficial de justiça – autos conclusos ao magistrado em 13/05/2021.
08.	0005699-69.1996.8.14.0401	27/06/2001	Processo suspenso desde 27/06/2001. Não há registro de que tenham sido realizadas as diligências determinadas no Provimento n. 15/2009-CJRMB.
09.	0001384-34.1997.8.14.0401	06/10/2020	Carta precatória expedida para citação do acusado na comarca de Barcarena em 06/10/2020. Devem ser realizadas diligências para solicitação de devolução da carta.
10.	0020488-75.2007.8.14.0401	02/03/2018	Decisão revogando a prisão do réu em 02/03/2018. Última movimentação – conclusos em 15/01/2021.

8.5. Análise de processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública.

	Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01.	0007606-22.2009.8.14.0401	19/02/2020	Memoriais do réu apresentados em 13/10/2020. Autos conclusos em 22/10/2020.
02.	0025934-90.2019.8.14.0401	06/04/2021	Audiência designada para





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			05/08/2021.
03.	0006032-54.2019.8.14.0401	23/02/2021	Decisão proferida em 23/02/2021 suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional. Audiência de instrução designada para 15/03/2022.
04.	0019760-36.2017.8.14.0401	19/02/2020	Memoriais do réu apresentados em 19/10/2020. Autos conclusos em 22/10/2020.
05.	0023068-17.2016.8.14.0401 (Meta 04)	15/01/2021	Concedido novo prazo para o réu apresentar alegações finais. Deve ser certificada a apresentação ou não de alegações finais e encaminhamento dos autos em conclusão.
	0027722-13.2017.8.14.0401 (Meta 04)	12/05/2021	Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/07/2021.

8.6. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem, quanto à vinculação de bens móveis ou imóveis aos processos. No criminal – quanto a vinculação de bens apreendidos vinculados ao processo sem destinação.

	Número do processo	Observações quanto ao exame
01.	0019098-38.2018.8.14.0401	Sentença condenatória em 07/05/2020. Processo ao MP em 10/08/2020.
02.	0013447-25.2018.8.14.0401	Sentença condenatória em 11/05/2020. 10/08/2020. Processo em Secretaria
03.	0010669-48.2019.8.14.0401	Decisão proferida em 24/11/2020 determinando o encaminhamento do bem ao Setor de Armas do Fórum Criminal da Capital, ofício expedido na mesma data.
04.	0001294-86.2020.8.14.0401	IPL – Termo de restituição de arma juntado em 18/05/2021
05.	0013248-71.2016.8.14.0401	Expedida carta precatória em 14/02/2020, para a





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Comarca de Blumenau-SC para intimação do réu após sentença
--	--

9. DADOS ESTATÍSTICOS.

•Dados informados pela unidade.

9.1. LIBRA.

Processos em tramitação na Unidade (incluindo os julgados)	824
Processos fora da Unidade (MP, DP, Advogado, outros)	15
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias	12
Processos redistribuídos - ano 2021	49
Processos arquivados definitivamente em 2020	289
Processos arquivados definitivamente em 2021	27
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	322
Processos conclusos ao gabinete há mais de 100 dias	65
Processos com idosos postulantes	132
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	-
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	-
Quantas sessões de Júri foram designadas em 2020	-
Quantas sessões de júri foram realizados em 2021 (até a data da correição)	-
Quantas sessões de júri estão designadas para 2021	-
Total de petições pendentes de juntada	19

9.2. PJE.

Acervo: total de processos e procedimentos não arquivados definitivamente na data.	66
Acervo processual: total do acervo, com exceção dos itens das seguintes classes judiciais: carta, inquérito policial, notificações ou interpelações.	No painel gestão encontrei catalogados 36, mas na contagem manual contabilizei 66





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2020	0
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2021	66
Processos arquivados definitivamente em 2020	0
Processos arquivados definitivamente em 2021	
Foram realizados vários arquivamentos nesta unidade. Contudo, o sistema não fornece comprovação ao final.	x
Processos com prioridade em andamento – idosos	0
Processos com prioridade em andamento – idoso maior de 80 anos	0
Processos com prioridade em andamento – infância e juventude	0
Processos conclusos há mais de 100 dias	0
Sentenças proferidas com mérito em 2020	0
Sentenças proferidas com mérito em 2021	0
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	0
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	0
Processos aguardando cumprimento há mais de 100 dias, total do acervo processual, que possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui até a data, nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	0
Processos aguardando andamento há mais de 100 dias, total do acervo processual, que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	0
Procedimentos aguardando cumprimento há mais de 100 dias, total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	0
Procedimentos aguardando andamento há mais de 100 dias, total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	0

9.3. **SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado): PREJUDICADO**

9.4. **SEEU – Dados Estatísticos de Processos Ativos: PREJUDICADO**

10. **ASPECTOS ORGANIZACIONAIS .**





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10.1. O Gestor da Unidade tem identificado dentre o corpo de servidores a existência de problemas de saúde, física e mental?

Em maio de 2019 houve a mudança de direção de secretaria. Nesse período, a servidora Valéria, analista, tirou licença médica, continuando em tratamento até a presente data, e o servidor Heliésio, auxiliar, também. Fora isso, nesse período, o servidor * ARY CESAR COELHO LUZ SILVA era vinculado a esta secretaria e estava de licença para tratamento de saúde desde 23 de outubro de 2018, tendo retornado em 19/09/2020 e realocado na distribuição no mesmo dia.

10.2. Há servidores em teletrabalho?

Não.

10.3. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores?

Sim. Há a necessidade de treinamento em alguns sistemas, tais como o BNMP, especialmente porque durante muito tempo os servidores concentraram-se em realizar somente uma determinada atividade. Ademais, dois servidores da secretaria ainda não realizaram o curso do PJE.

11. CORREIÇÕES ANTERIORES.

11.1. Data da última correção ordinária realizada pela Corregedoria.

18 a 20 de agosto de 2015.

Observação CGJ: A última correção realizada pela então CJRMB, ocorreu no período de 18 a 20/08/2015 e está cadastrada no processo SigaDoc PAPRO 2015/02728

11.2. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

Sim.

11.3. Os problemas identificados na correção ordinária anterior ainda persistem?

Sim.

11.4. Identifique as recomendações não cumpridas

01) Busca-se obedecer a ordem, mas se inicia pelos réus presos. Ainda é necessário um controle maior de idosos postulantes;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

02) Em 01/05/2019, portaria de nº. 2235/2019-GP, publicada no DJE em 08/05/2019, houve a mudança da direção de secretaria. Na oportunidade, constavam 206 petições pendentes de juntada, das quais algumas não foram logo na secretaria.

Ao longo do tempo foi-se detectando que algumas já estavam nos processos sem a devida baixa no sistema, assim como alguns processos já estavam no arquivo e outros em grau de recurso.

Atualmente, mesmo diante do cenário de pandemia e toda alteração causada na rotina, tem-se 19 petições pendentes de juntada.

04) Passou-se a proceder tal como indicado com a chegada no titular e acesso ao orientado na correição passada;

13) Não há identificação nos processos acerca de bens apreendidos. Contudo, a diligência é feita com base na lista do sistema LIBRA;

16) Doravante serão cadastrados. Contudo, os bens ainda não estão cadastrados no sistema do CNJ;

11.5. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e magistrado responsável. – (Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)

Sim. Excepcionalmente foi realizada início de 2020 referente ao ano de 2019, diante da recente titularização do juiz e, diante da pandemia e da realização da atual correição, excepcionalmente realizar-se-á ao final do corrente ano referente a 2020 e 2021.

12. SUGESTÕES GERAIS.

-

13. IMPRESSÃO DO MAGISTRADO SOBRE AS NECESSIDADES MAIS RECORRENTES DA VARA. (Deverá o relato do magistrado ser anexado ao relatório)

Anexo ao relatório

14. CONSIDERAÇÕES GERAIS.

- Os trabalhos de Correição Virtual Ordinária se iniciaram no dia 17/05/2021 com a análise de relatórios da unidade através dos sistemas de gestão processual do TJPA.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- No dia 18/05/2021, às 9hs, ocorreu audiência pela plataforma Teams, com a participação da Juíza Auxiliar Ana Angélica Abdulmassih Olegário, do Exmo. Sr. Dr. Jackson José Sodré Ferraz, juiz titular, dos servidores da 5ª Vara Criminal de Belém Heloísa Sami Daou (Diretora de Secretaria) e Leonardo Davi Pereira da Silva (Assessor do Juiz), bem como da servidora da Corregedoria-Geral, Tatyane Garcia.

- Na oportunidade, a Juíza Corregedora realizou algumas considerações acerca dos trabalhos que seriam desenvolvidos, mencionando o caráter eminentemente orientador da atuação correcional. Ressaltou, ainda, a necessidade de que magistrado e servidores deem início à um processo gradativo de digitalização/migração de processos para o Sistema PJE. A Diretora de Secretaria mencionou que não há scanners no Gabinete, apenas na Secretaria o total de 03 (três).

- O magistrado Jackson José Sodré Ferraz realizou algumas considerações acerca da gestão da Vara, elogiando a atuação de todos os servidores e o bom andamento dos trabalhos da 5ª Vara Criminal, mormente as dificuldades enfrentadas em razão da atual pandemia de covid-19.



- A audiência foi gravada pela plataforma Teams.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Os trabalhos prosseguiram com reunião entre a Juíza Corregedora Ana Angélica Olegário e os servidores da Vara, Heloísa Daou e Leonardo da Silva, tendo sido analisados conjuntamente itens pormenorizados do presente relatório correcional. A reunião teve continuidade no dia 19/05/2021, ocorrendo às 12hs o encerramento dos trabalhos.

- A 5ª. Vara Criminal da Comarca de Belém detêm competência para feitos referentes ao Juízo Singular. O Juiz Titular é o Exmo. Sr. Dr. Jackson José Sodré Ferraz, desde 01/07/2019. O corpo funcional da Secretaria é composto por 05 (cinco) servidores e o Gabinete é composto por 02 (duas) servidores.

- DADOS ESTATÍSTICOS.

- A 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém possuía no período da correição, segundo consulta realizada no Painel de Gestão Judiciária, acervo ativo de **1.088** processos, dos quais **1.024** feitos tramitam em meio físico no Sistema Libra e **64** (sessenta) tramitam eletronicamente no Sistema PJE.

A captura de tela mostra o sistema de gestão judiciária com o seguinte conteúdo:

- Logo do TJPA e título "Gestão Judiciária 1G".
- Localização: BELÉM, 5ª VARA CRIMINAL DE BELÉM.
- Botões para "LIBRA" e "PJE1G".
- Gráficos de estatísticas: "47.46% Paralisado - >100 dias", "486 ACERVO PARALISADO", "1.024 ACERVO ATIVO".
- Tabela "LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS" com as seguintes colunas: Nº PROCESSO, SITUAÇÃO, DESSISTEMA, IDCLASSE, CLASSE, IDMOVIMENTO, DTEVENTO.

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	DESSISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	IDMOVIMENTO	DTEVENTO
000042150128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	279	Inquérito Policial	11177	01/12/2020 10:43:59 AJ
0000448620128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	279	Inquérito Policial	111411	15/02/2019 12:46:34 EJ
0000595620128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	982	01/12/2020 08:35:31 RJ
0000816220128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circunstanciado	200079	01/03/2018 22:30:47 EJ
000096320098140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	280	Auto de Prisão em Flagrante	11442	04/09/2010 11:30:42 AJ
0001285320128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10885	22/10/2020 09:42:35 CJ
0001381720098140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	280	Auto de Prisão em Flagrante	11442	04/09/2010 11:30:42 AJ
0001505620098140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	280	Auto de Prisão em Flagrante	11442	04/09/2010 11:30:42 AJ
0001556220128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circunstanciado	11177	23/03/2018 09:53:28 RJ
0001866220128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	281	Procedimento Comum	111384	24/08/2020 12:17:43 AJ
0002095020098140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	280	Auto de Prisão em Flagrante	11442	04/09/2010 11:30:42 AJ
0003388420098140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	280	Auto de Prisão em Flagrante	11442	04/09/2010 11:30:42 AJ
0003448720128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	281	Procedimento Comum	10832	14/09/2020 11:36:00 CJ
0003515220128140401	JULGADO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	200073	27/04/2018 22:31:33 EJ
0003647420128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circunstanciado	200073	01/03/2018 22:30:47 EJ
0004144520128140401	EM ANDAMENTO	LIBRA	279	Inquérito Policial	111008	21/03/2012 09:13:03 AJ

- O Índice de Eficiência da Unidade Judiciária, instituído pela Portaria n. 2005/2019-GP, de 02/05/2018, encontrava-se em **15,08**, a taxa de congestionamento líquida em **86,52%** e Índice de Atendimento à Demanda em **50,61%**, segundo dados disponibilizados em 15/05/2021.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



– Segundo o Painel de Gestão Judiciária, do total do acervo ativo, 36,35% dos feitos encontra-se paralisado há mais de 100 dias – totalizando 494 (quatrocentos e noventa e quatro) processos, dos quais 124 (cento e vinte e quatro) se encontram tramitados para o Gabinete e 370 (trezentos e setenta e sete) em Secretaria.

*acervo em Gabinete

*acervo em Secretaria

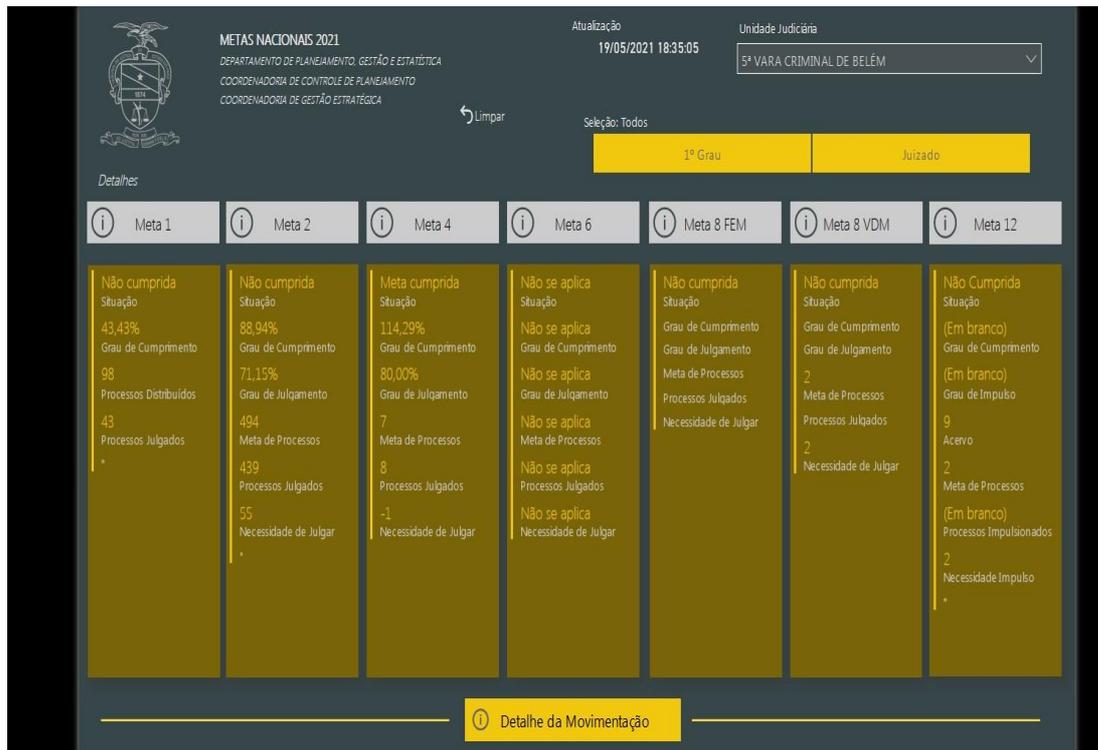




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- METAS NACIONAIS:

- Com relação às Metas Nacionais para o ano de 2021, o Painel de Metas do TJ informava em 19/05/2021:



- DOS PROCESSOS ENVOLVENDO RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

- No dia 17/05/2021 a unidade possuía 12 processos no Sistema Libra envolvendo **16** presos provisórios e 19 processos no Sistema PJE envolvendo **27** presos provisórios, conforme informação prestada pela Diretora de Secretaria e relatório do Sistema Libra, totalizando 31 (trinta e dois) processos, envolvendo **43 presos provisórios**. O processo identificado com data de prisão do réu mais antiga é o de n. 0016080-38.2020.814.0401 (registro do sistema de data da prisão 05/10/2020), que se encontra com tramitação regular e audiência de instrução e julgamento designada para o dia 09/06/2021.

- Após a análise de processos envolvendo presos provisórios, verificou-se que a unidade judicial,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

especialmente a Diretora de Secretaria, possui controle eficiente dos processos envolvendo réus presos.

- Foi encaminhado à Direção de Secretaria da 5ª. Vara Criminal, pela plataforma Teams, o Guia Rápido elaborado pela Secretaria de Informática em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça, para orientação quanto ao procedimento de controle de processos envolvendo réus presos no sistema PJE, enquanto ainda não finalizada a construção do Painel de Gestão de Réus Presos – PJE Criminal, de responsabilidade da Coordenadoria de Estatística e que faz parte do Plano de Gestão da Presidência desta Corte para o biênio 2021/2023.

- Por fim, registra-se o agradecimento a todos servidores da unidade que participaram dos trabalhos, pela diligência e observância dos prazos na prestação de informações, bem como quanto a atenção dispensada à equipe correcional.

É o relatório que ora submete-se à superior deliberação da Exma. Sra. Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora-Geral de Justiça.

Belém, Pa, 19 de maio de 2021.

ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO
Juíza Corregedora

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA
Servidora da CGJ





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

15. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

- CONSIDERAÇÕES GERAIS REALIZADAS PELO MAGISTRADO JACKSON JOSÉ SODRÉ FERRAZ
- RELATÓRIO DE PROCESSOS ENVOLVENDO PRESOS PROVISÓRIOS – SISTEMA LIBRA
- RELATÓRIO DE PROCESSOS ENVOLVENDO RÉUS PRESOS – SISTEMA PJE
- RELATÓRIO DE SUBCONTAS PARALISADAS HÁ MAIS DE 03 ANOS – SDJ
- RELATÓRIO DE BENS APREENDIDOS – SISTEMA LIBRA
- RELATÓRIO DE BENS APRENDIDOS – SNBA
- RELATÓRIO DE PROCESSOS COM CARGA EXTERNA – SISTEMA LIBRA
- RELATÓRIO DE PROCESSOS SENTENCIADOS E NÃO ARQUIVADOS – PORTAL DE GESTÃO
- RELATÓRIO DE MANDADOS DISTRIBUÍDOS E NÃO CUMPRIDOS HÁ MAIS DE 30/60 DIAS
- RELATÓRIO DE PROCESSOS ARQUIVADOS COM APENSO EM OUTRA SITUAÇÃO – LIBRA
- RELATÓRIOS DE QUEIXAS-CRIME
- CÓPIA DO SIGADOC PAMEM 2021/12497 – RELATÓRIO DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS NA 5ª VARA CRIMINAL DE BELÉM
- FOTOS DA UNIDADE – SECRETARIA E GABINETE





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM

